

Discurso Abertura Ano Judiciário TJ-RO 2016

Andrey Cavalcante

Honra-me expressar nesta sessão solene a voz de uma instituição que representa aproximadamente 7.500 advogados rondonienses, advocacia que nos confiou à nobre missão de defender o seu ideário e conduzi-la com a responsabilidade de honrar esta instituição que ao longo de sua gloriosa história, sempre defendeu as bandeiras e os valores mais elevados da advocacia e da cidadania brasileira. Esta é a quarta oportunidade que tenho de me manifestar em nome dos advogados de Rondônia em solenidade de abertura do ano judiciário.

Nosso país passa por momentos de grande complexidade. Muitos de nós assumimos severas responsabilidades coletivas em tempos de crise. Em nossos desejos mais sinceros, gostaríamos que as coisas se desenvolvessem de outro modo.

Vivemos, talvez, o período mais conturbado desde que a ascensão econômica e social levou o Brasil a figurar, como potência regional, entre aquelas nações capazes de ajudar a traçar diretrizes para a governança global.

Mas, como toda história vive de ciclos, experimentamos agora uma fase de intensificação de conflitos sociais e dificuldades econômicas e políticas que tornam a execução de nossos deveres uma sequência de escolhas cotidianas cada vez mais desafiadoras.

Por ser gestor da maior representação da sociedade civil no sistema local de justiça eu me sinto, Presidente Sansão, na posição daquele que conhece a vitória em um momento, para deixá-la para trás segundos depois. Reconheço que tudo que temos feito é sempre uma preparação para o próximo passo.

O conhecimento, a publicidade e a tecnologia, nossos maiores aliados, se tornaram também os principais instrumentos que nos pressionam: por meio deles, o povo, o cidadão comum, o pai e a mãe de família, os mais novos e os mais experientes, todos conseguem transmitir suas preocupações, suas ansiedades, sua insatisfação. E, o

principal, todos conseguem nos cobrar pelo bem que precisam ver materializado, e não apenas por aquele que temos a intenção de realizar.

Mas o desânimo não tem guiado os nossos passos. Vivemos uma vida diferente e temos que reaprender, a todo momento, a lidar com esse desafio. Movidos pelo espírito de partilha dos mesmos esforços desejamos que o Tribunal de Justiça de Rondônia tenha um ano produtivo e de grande crescimento.

Existimos para e somos cobrados pelo mesmo cidadão. O mesmo cidadão que procura seu advogado e sua advogada para representar a defesa e a promoção de seus direitos é aquele que espera desta Corte a satisfação da justiça. É o mesmo cidadão que paga seus tributos, que constitui e obedece à lei, que nos defende da violência nas ruas, como servidor da segurança, que educa nossos filhos nas escolas, que cuida de cada um de nós nos postos de saúde, nos hospitais.

É imperativo, contudo, reconhecer nossa dificuldade para compreender um dos principais sintomas dos tempos em que estamos vivendo: como integrantes do sistema de poder, será que estamos sendo tão eficientes quanto poderíamos no reconhecimento do direito e da justiça devida a esse cidadão? Estamos sendo céleres, transparentes e efetivos? Estaremos sendo devidamente permeáveis à sua participação na definição dos rumos que devemos seguir?

Se é verdade que o poder existe para servir ao povo, em tempos de comunicação rápida, de alta tecnologia, de tributação cada vez mais elevada e do conhecimento ao alcance de qualquer um, será que temos feito tudo que é possível para atingir a meta real da satisfação dos interesses daqueles a quem efetivamente devemos servir?

Esta reflexão, Digno Presidente, é a nossa para nossa instituição. Não existe advogada ou advogado que não nos pressione a ir além, porque não existe mais cidadão ou cidadão acomodado, ignaro e indiferente àquilo que a justiça que lhe deve.

Mas, esta também é a mesma reflexão que trazemos a v. Exa., com a finalidade de refletirmos em conjunto sobre as soluções necessárias para nos adaptarmos a esses novos tempos.

Ao longo dos últimos três anos à frente da OAB/RO percebi como nossas concepções antigas, relativas à definição de **usuários** do nosso sistema caíram por terra.

Estive em todas as nossas subseções diversas vezes. Tenho ouvido e compartilhado muitos dos dramas comuns do advogado e da advogada que vive o dia-a-dia da justiça em todo nosso Estado. Disseste, caro Presidente, em teu discurso de posse, que “o cidadão não admite mais evasivas, que o seu direito ao alcance das mãos”. Vemos em vossas palavras o verdadeiro espírito do tempo. Falaste em brevidade na solução dos conflitos judiciais. Enxergamos o mesmo fim.

A renovação em nosso processo civil aposta em novos mecanismos. Pugnamos pela ampla discussão e pela rápida adoção dos instrumentos que permitam essa brevidade – conciliação, arbitragem e mediação.

O processo penal experimenta os estertores de grandes mudanças. Aproxima-se o fim do *inquisitorialismo* sobrevivente em nosso direito. A participação do advogado no inquérito e a efetivação da audiência de custódia, dentre outros, são para nós medidas de avanço que irão demonstrar que o respeito aos direitos do cidadão vai trazer consigo o aumento das responsabilidades coletivas pela segurança e pela ordem.

Mas, acima de tudo, temos que simplificar o acesso à justiça. Temos que nos abrir à busca por soluções compartilhadas para problemas intrincados, cuja resposta está, não raro, nas ideias mais óbvias. Não nos opomos ao processo eletrônico. Propomos estudar em conjunto a natureza do problema. Esperamos desta Corte apenas aquilo que sabemos que ela está pronta para conceder: a sabedoria de trazer para o centro da discussão os representantes e o usuário final dos serviços prestados.

Todos os dias, advogados e advogadas de nosso Estado assimilam e reúnem milhares de dados preciosos da experiência de utilização do sistema. Eles compilam erros e acertos, discutem entre si facilidades e obstáculos. São, em conjunto, uma fonte muito rica de informações e uma fonte ainda mais rica de propostas de aperfeiçoamento que não pode ficar isolada. Acima de tudo, eles formam a grande

maioria de usuários e representantes de cidadãos e cidadãs que confiam na justiça. Ouvir e atender a advocacia é, a rigor, efetivar a cidadania no acesso à justiça.

Há diversos combates a serem travados nessa seara: problemas relativos à tecnologia da comunicação, à proteção de dados, à velocidade e estabilidade de servidores de internet, ao aumento exponencial da necessidade de expansão e etc. Muitos desses combates devem ser travados fora daqui. Dependem, às vezes do poder executivo, às vezes do poder legislativo, às vezes da iniciativa privada.

A OAB/RO está à disposição para auxiliar nessa fronteira de desenvolvimento que estamos explorando.

Juntos, tendemos para o mesmo fim. Quando refletimos e reafirmamos a consolidação da nossa democracia, nos acostumamos a louvar os valores que a embasam, sempre a partir da base de legalidade que a fomenta. Hoje, somos conduzidos pela obrigação de reafirmar uma visão pragmática desses fundamentos: justo é o direito que chega, com a presteza necessária, aos seus destinatários.

Reforçamos nossas felicitações pelo ciclo que recomeça para esta Corte.

Reiteramos nosso desejo de que este ano seja para o Judiciário rondoniense um marco em sua história de realizações, tomando por princípio, sempre, a preocupação do atendimento prioritário ao jurisdicionado e seus representantes.

Guiados por este pressuposto republicano democrático, nossas expectativas de desempenho e eficiência serão para nós o traço de união a partir do qual atuamos para devolver à sociedade a confiança pela legitimidade que deposita em cada um de nós.